

TERMO DE ADESÃO AO PLANO ALTERNATIVO DE SERVIÇO 006/2004

“PLANO 12 PROGRESSIVO”

DADOS DO CLIENTE:

Nº OPORTUNIDADE:

Nome ou Razão Social:	CNPJ/ CPF:	
Endereço:	Localidade:	UF:
Telefone(s):	Localidade:	UF:
Endereço Para Correspondência:	Localidade:	UF:

Pelo presente instrumento particular, a **ALGAR TELECOM S/A**, prestadora de serviços de telecomunicações, inscrita no CNPJ no 71.208.516/0001-74, com sede na Rua Jose Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, doravante denominada **ALGAR TELECOM**, e o **CLIENTE** retro qualificado, pessoa física, jurídica ou órgão público, que terá acesso ao Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC na Modalidade Longa Distância Nacional – LDN, sob as condições do Plano Alternativo de Serviço n.º 06/2004, denominado “Plano 12 PROGRESSIVO”, mediante ciência e cumprimento das cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato refere -se ao PLANO ALTERNATIVO DE SERVIÇO n.º 06/2004, “PLANO 12 PROGRESSIVO”, pelo qual a ALGAR TELECOM oferta ao CLIENTE cadastrado no Plano, a cobrança de ligações, através de preços decrescentes, vinculados ao aumento do consumo de minutos utilizados, independentemente do dia, horário, distância, para ligações LDN, originada de telefone fixo e destinada a telefones fixo e/ou móvel (SMP), intra-estadual, inter-estadual, unicamente através do Código de Seleção de Prestadora - CSP 12; tudo conforme Plano de Serviço Contratado.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DO PLANO ALTERNATIVO 12 PROGRESSIVO

2.1. A adesão ao “PLANO 12 PROGRESSIVO” deve ser solicitada pelo CLIENTE, por telefone ou qualquer meio oficialmente disponibilizado pela ALGAR TELECOM, e formalizar-se-á mediante o pagamento da primeira

Nota Fiscal Fatura de Prestação de Serviços emitida pela ALGAR TELECOM. A ALGAR TELECOM poderá cobrar um valor de adesão do Assinante cujo terminal estava vinculado a outro plano de serviço e optar por vinculá-lo ao Plano 12 Progressivo.

2.1.1 – O não pagamento da NFPS na data de seu vencimento sujeita o CLIENTE ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, bem como 1% de juros de mora e atualização monetária, bem como: (i) suspensão parcial da prestação do serviço mediante bloqueio da ligações originadas após transcorridos trinta dias do vencimento; (ii) suspensão total da prestação do serviço mediante bloqueio das ligações recebidas que gerem ônus ao CLIENTE após transcorridos trinta dias da suspensão parcial; e (iii) rescisão contratual após transcorridos trinta dias da suspensão total.

2.1.2 – O CLIENTE, dentro de 90 (noventa) dias do recebimento da NFPS, tem direito de contestar os débitos contra si lançados e que julgar improcedentes junto a qualquer centro de atendimento da ALGAR TELECOM, que deverá emitir uma nova NFPS com o valor incontroverso. Após a apuração da contestação apresentada, a ALGAR TELECOM lançará os débitos comprovadamente procedentes na primeira NFPS a ser emitida, aos quais o CLIENTE não poderá apresentar nova contestação.

2.4. O CLIENTE não poderá aderir a outro Plano Alternativo na mesma modalidade e simultaneamente ao “PLANO 12 PROGRESSIVO”.

2.5. Os preços do presente Plano poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, pelo Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo, considerando as seguintes datas base: para chamadas fixo-fixo, 1º de junho de 2005; para chamadas envolvendo SMP, 1º de janeiro de 2005 e para chamadas envolvendo SME, 1º de junho de 2005.

A ativação do presente “PLANO 12 PROGRESSIVO” ocorrerá a partir do próximo ciclo de faturamento sempre após a adesão ou assinatura do presente instrumento contratual.

2.6. A solicitação de Cancelamento do plano poderá ocorrer a qualquer momento, desde que, o CLIENTE notifique formalmente à ALGAR TELECOM, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo a ALGAR TELECOM efetivar o cancelamento no sistema de faturamento no próximo corte de faturamento.

2.7. É permitido ao CLIENTE a transferência deste Plano Alternativo de Serviço para um outro Plano Alternativo, ou para o Plano Básico, mediante solicitação por escrito à ALGAR TELECOM com antecedência mínima de 30 (trinta) dias

2.9 A adesão ao “PLANO 12 PROGRESSIVO ” não desobriga o CLIENTE

que estava vinculado a outro plano de serviço da ALGAR TELECOM a pagar eventuais serviços prestados e ainda não faturados. Para tanto, será emitida Nota Fiscal de Prestação de Serviços e, em caso de inadimplência, o terminal telefônico poderá ser bloqueado ou cancelado nas condições do plano anteriormente contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESCISÃO

3.1. A prestação do serviço poderá ser rescindida:

3.1.1. A pedido do CLIENTE, por escrito, a qualquer tempo, respeitado a cláusula 2.7.

3.1.2. Por iniciativa da ALGAR TELECOM, em decorrência da extinção do plano de serviço e mediante aviso prévio de 90 (noventa) dias; Por determinação do Poder Concedente;

3.1.4 – Por falta de pagamento do STFC na modalidade Local e nos termos da cláusula 2.1.1.

3.1.5 – Por extinção da Autorização concedida a ALGAR TELECOM.

3.2 - A rescisão contratual não prejudica a exigibilidade dos encargos e outros débitos decorrentes da prestação do STFC ainda não quitados pelo CLIENTE, que poderão ser incorporados em documento de cobrança de outro terminal de titularidade do CLIENTE.

4 – CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS E DEVERES DO CLIENTE E DA ALGAR TELECOM

4.1 – Constituem direitos do CLIENTE, além daqueles previstos na legislação aplicável ao STFC:

a) obter acesso e fruição do serviço de forma isonômica e dentro dos padrões de qualidade previstos na regulamentação;

b) receber através de qualquer meio informações adequadas sobre as condições de prestação, contratação e suspensão do serviço e eventuais alterações, bem como respostas às suas solicitações os prazos estabelecidos pelo Plano Geral de Metas de Qualidade do STFC;

c) o detalhamento da fatura nos termos e condições previstos na regulamentação do STFC; a privacidade do documento de cobrança, a inviolabilidade de seus dados e ao segredo de sua comunicação, respeitadas as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações ou de compartilhamento de dados necessários ao faturamento, bem como de divulgação de dados pessoais em meios de informações de código de acesso de CLIENTE, quando não houver restrição deste;

d) a suspensão e restabelecimento do serviço e de comodidades ou utilidades nos termos da regulamentação;

e) a não suspensão do serviço, salvo nos casos previstos na

regulamentação;

- f) a reparação de danos comprovadamente causados pela ALGAR TELECOM e de acordo com a regulamentação;
- g) ser notificado previamente sobre interrupções programadas e sobre suspensões da prestação do serviço decorrentes de inadimplência, bem como da inscrição de seus dados em serviços de proteção ao crédito.

4.2 – Constituem deveres do CLIENTE, além daqueles previstos na legislação aplicável ao STFC:

- a) manter seus dados cadastrais atualizados perante a ALGAR TELECOM ;
- b) utilizar adequada e licitamente os serviços, equipamentos e redes de telecomunicações;
- c) preservar os bens públicos e aqueles voltados à utilização do público em geral;
- d) efetuar o pagamento referente à prestação do serviço.

4.3 – Constituem direitos e deveres da ALGAR TELECOM, além daqueles previstos na legislação aplicável ao STFC, aqueles descritos no Termo de

Autorização do STFC na modalidade de Longa Distância Nacional e neste instrumento.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O presente instrumento vigorará por prazo indeterminado, condicionado a vigência estabelecida no Plano Alternativo de Serviço nº 006/ 2004.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CLIENTE

6.1 – A ALGAR TELECOM disponibiliza ao CLIENTE Centros de Informação e Atendimento que poderão ser acessados através dos códigos de acessos 0800 34 2002, 103 12 ou através da rede mundial de computadores através do site www.algartelecom.com.br, ou pessoalmente nos endereços divulgados pela ALGAR TELECOM .

6.2 – Os Centros de Informação e Atendimento são capacitados para receber e processar solicitações, queixas e reclamações encaminhadas pelos usuários pessoalmente ou por qualquer meio de comunicação à distância, as quais receberão número de ordem a ser informado ao CLIENTE, nos termos da regulamentação.

6.3 – O CLIENTE será informado pela ALGAR TELECOM quanto às providências adotadas em função de sua solicitação, reclamação ou queixa, nos prazos definidos pelo Plano Geral de Metas da Qualidade para o STFC (PGMQ), aprovado pela Resolução 341/2003.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 - São aplicáveis ao presente instrumento as condições do Plano Alternativo de Serviço 006/2004, bem como toda a legislação do STFC, especialmente as leis 8.078/ 90 e 9.472/97, bem como os regulamentos aprovados pela ANATEL.

7.2 - O CLIENTE, neste ato, garante que todas as informações de seus dados cadastrais fornecidas à ALGAR TELECOM são verídicas, não havendo qualquer pendência em sua documentação que o impeça de contratar este Serviço, sob pena de rescisão contratual e de arcar com os débitos oriundos da má utilização do Serviço.

7.3 – A Tabela de preços aplicável a este Plano de Serviço encontra-se publicada no site da ALGAR TELECOM bem como na Central de Atendimento ao CLIENTE.

7. CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1. Para dirimir quaisquer questões oriundas da execução do objeto deste instrumento, fica eleito o foro onde foi contratada prestação do STFC sob as condições do “PLANO 12 PROGRESSIVO”, com expressa renúncia da qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

O presente contrato encontra-se publicado no site da ALGAR TELECOM www.algartelecom.com.br.

Uberlândia, <<data_mes_ano>>

ALGAR TELECOM

CLIENTE

Testemunhas:

Nome e CPF

Nome e CPF

